

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Estado de S. Paulo

CLASS. : 500 anos

DATA : 13 01 92

PG. : 2

14

# América, 500 anos

BERNARDO PERICÁS

Ao se iniciar o ano de 1992, os países e povos do hemisfério americano encontram-se diante de um espaço para a meditação. Este ano, estaremos comemorando cinco séculos da chegada de Cristóvão Colombo a terras americanas.



A controvérsia sobre este evento será hoje talvez tão acirrada quanto há 500 anos. Descoberta, encontro, conquista, todos estes termos exprimem alguma verdade e traduzem pontos de vista que em algum momento e em algum lugar foram válidos. Só um epíteto não se pode recusar à saga colombiana: a de ser um feito histórico.

Efetivamente, não fora esse episódio, decerto não existiria a Organização dos Estados Americanos (OEA), que representa diversos povos e se funda, em última análise, numa convivência de identidade que tem raízes na imaginação e no ideário dos navegadores que aportaram nestas terras a partir de 1492.

Somos filhos dessa América do mágico e do real, que provocou os sonhos dos grandes navegadores e se manteve como fonte de inspiração para sucessivas gerações.

Estas são terras de gentes de todas as partes. Autóctones e imigrados, a todos este novo mundo nos faz americanos, num processo de caldeamento ainda não concluído e que possivelmente só poderá ser plenamente compreendido quando alguns séculos a mais impuserem a isenção que o distanciamento assegura.

Contudo, a consciência da importância desse processo se faz, mais aguda neste momento, em que se torna a cada dia mais evidente que conflitos de natureza étnica e racial continuam a ameaçar a paz mundial.

Quinhentos anos após a chegada de Colombo, a América ainda simboliza o novo, a mudança e a metamorfose e continua a representar a esperança de um futuro melhor para a humanidade.

Ao longo dos séculos, criaram-se na América tradições que nos compete respeitar e defender. Hoje, ao lançarmos os olhos para o futuro, não podemos esquecer os fundamentos da vida politicamente organizada de nossos povos.

Adotamos, como Estados soberanos, o conceito de democracia representativa como norma do relacionamento hemisférico. Reconhecemos que a democracia, como expressão da vontade popular, implica o direito de cada povo de se autodeterminar, de decidir livremente o seu futuro, sem imposições ou tutelas.

Ao praticarmos a democracia, em nenhum momento abdicamos de nossa soberania. Democracia e soberania não são conceitos excludentes ou contraditórios. Ao contrário: é a sua conjugação harmônica que nos tem permitido, num clima de liberdade e independência, assumir plenamente nossas responsabilidades tanto na esfera regional quanto na internacional. A democracia, que se afirma cada vez mais como valor fundamental e pilar central da estrutura de nossas sociedades, deve também encontrar sua expressão nas relações internacionais.

Recordo palavras do presidente Fernando Collor, em discurso pronunciado por ocasião do centenário do sistema interamericano:

"Não podemos construir a paz permanente e a prosperidade, propósitos da Organização dos Estados Americanos, senão sobre regras sólidas de boa convivência: o respeito à soberania, a não intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica das controvérsias, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito às normas do direito internacional.

Esses princípios antecedem mesmo a Carta da OEA: estiveram presentes desde a criação do sistema interamericano e se consolidaram, ao longo dos anos, como normas de alcance universal... Quando deles nossos países se afastaram por momentos, o resultado foi a decepção e o retrocesso. Não podemos agora abandoná-los sob a falsa alegação de que já não condizem com o momento histórico. Ao contrário, confiamos na sua validade e na sua permanência, pois que seu abandono nos devolveria aos tempos rudes e violentos da lei do mais forte."

Estes novos tempos pressupõem a compreensão esclarecida desses princípios-mestres. Sua prática se dará por meio da solidariedade e da cooperação, valores que se inscrevem tão alto na Carta constitutiva da OEA.

■ Bernardo Pericás, embaixador, é o representante do Brasil e presidente do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA)